

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 485 - 16/11 a 20/11/2026

CBIC | Comissão de Política de Relações Trabalhistas

Sumário

→Destaque da Semana
→Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
→Notícias do Executivo
→Notícias do Ministério Público do Trabalho
→Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
→e-Social
→Outras Notícias
→Atos Normativos
→Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

Fim da escala 6x1 será julgado diretamente no mérito, decide Dino

Consultor Jurídico - 17/11/2026

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, converteu o rito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 8.041 e 8.042, que tratam do fim da escala de trabalho 6×1, para o julgamento definitivo de mérito.

Seguem valendo as medidas cautelares já determinadas pelo ministro, na semana passada, para a regra de transição. Isso inclui o prazo de 90 dias para negociações coletivas a partir de 16 de dezembro, data do início da escala 5×2, e a permissão provisória para distribuir a carga de 42 horas semanais em cinco dias de trabalho, com jornadas de até 8 horas e 24 minutos.

A diferença é que o julgamento em plenário, que será retomado no formato presencial a pedido do ministro Luiz Fux, vai analisar diretamente o mérito da Emenda Constitucional 141/2026, que acabou com a escala 6×1, e não apenas a liminar de Dino.

As ações foram ajuizadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) contra dispositivos da reforma, que reduziu o limite máximo da duração do trabalho de 44 para 40 horas semanais e instituiu o direito a dois dias de descanso semanal remunerado.

Para a implementação das novas diretrizes, o texto constitucional estabeleceu uma etapa intermediária de transição com início previsto para 16 de dezembro de 2026, data em que a jornada máxima passa a ser de 42 horas semanais.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Consif questiona no STF entendimento do TST sobre prazo para ações sobre previdência privada

Supremo Tribunal Federal - 19/11/2026

A Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1371 contra entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a prescrição de ações indenizatórias relacionadas ao recolhimento de contribuições a entidades de previdência complementar. A ação foi distribuída ao ministro Dias Toffoli.

Racismo recreativo: quando a "piada" se transforma em discriminação no trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2026

"Melhora essa cara para não ir para o tronco." A frase, dirigida por um gestor a uma operadora de caixa negra, vinha acompanhada de referências a chibatadas e comentários depreciativos sobre o cabelo da trabalhadora. Em outra ocasião, ele mostrou a fotografia de uma mulher negra escravizada e disse: "Achei uma foto tua no Facebook". Quando procurou o setor de Recursos Humanos para relatar as ofensas, a empregada ouviu que o próprio gestor havia explicado que tudo não passava de brincadeira.

Presidente do TST participa de assinatura de decreto que regulamenta fim da escala 6x1

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2026

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou nesta quinta-feira (19), em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto que regulamenta a redução da jornada de trabalho para a escala 5x2. A cerimônia contou com a presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Vieira de Mello Filho.

FGTS Digital: atualizadas regras para recolhimento em processos trabalhistas

RADAR TRABALHISTA

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), publicou, nessa segunda-feira (16), a Nota Orientativa nº 12/2026, com orientações sobre o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) decorrente de decisões da Justiça do Trabalho e acordos extrajudiciais. O documento atualiza as regras obrigatórias desde 1º de maio de 2026 para declaração de informações no eSocial e emissão de guias de pagamento.

Panificadora é condenada por não coibir apelidos racistas no trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2026

A M&M Foods Panificação Ltda. e a Net Express Mairiporã Ltda., de São Paulo (SP), não conseguiram reverter no Tribunal Superior do Trabalho (TST) a condenação ao pagamento de R$ 10 mil de indenização a um empregado chamado por apelidos racistas pelo gerente. Ao rejeitar o recurso nas empresas, o colegiado ressaltou que o uso de termos pejorativos de cunho racial, disfarçado de piada ou falsa descontração, configura racismo recreativo e assédio moral.

Supermercado é responsabilizado por furto de moto de empregada em estacionamento

Tribunal Superior do Trabalho - 17/11/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação do Supermercado Delta Max Ltda., de Piracicaba (SP) a indenizar uma auxiliar de laticínios que teve sua motocicleta furtada no estacionamento oferecido pela empresa. Para o colegiado, ao oferecer o espaço, mesmo gratuitamente, o supermercado assumiu o dever de guarda e deve responder pelos prejuízos decorrentes de furtos ocorridos no local.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

MTE resgata 23 trabalhadores de condições análogas à escravidão em obra em Mato Grosso

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, resgatou, em 11 de novembro, 23 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão em uma obra da construção civil no município de Várzea Grande (MT). A ação fiscal identificou irregularidades em dois alojamentos utilizados pelo empregador para hospedar os trabalhadores, a maioria de nacionalidade venezuelana, recrutados em outros estados para atuar na construção. Três deles trabalhavam sem registro formal.

Governo do Brasil regulamenta jornada de trabalho na escala 5x2

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2026

O governo anunciou, nesta quinta-feira (19), a publicação do decreto que regulamenta a Emenda Constitucional nº 141/2026, responsável por instituir a escala 5x2 no mercado de trabalho brasileiro e estabelecer mecanismos para garantir a transição para a nova jornada sem redução salarial. Assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto atribui ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a competência para editar normas complementares sobre o repouso semanal e as particularidades dos regimes especiais de trabalho.

SRTE/SP propõe pacto para prevenir e combater a violência no trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/11/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo (SRTE/SP), reuniu, na segunda-feira (16), representantes de centrais sindicais, entidades de trabalhadores e empregadores, do Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio das Procuradorias Regionais do Trabalho da 2ª e da 15ª Regiões, e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) para

apresentar e discutir o Pacto Paulista pela Prevenção e pelo Enfrentamento da Violência nas Relações e nos Ambientes de Trabalho.

Nova nota orientativa esclarece recolhimento do FGTS em processos trabalhistas

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/11/2026

A Secretaria de Inspeção do Trabalho publicou a Nota Orientativa FGTS Digital nº 12/2026, que esclarece os procedimentos a serem observados pelos empregadores para o recolhimento do FGTS decorrente de processos trabalhistas, inclusive acordos celebrados perante Núcleos Intersindicais de Conciliação Prévia (Ninter) e Comissões de Conciliação Prévia (CCP). A nova orientação trata da obrigatoriedade de utilização do FGTS Digital para os recolhimentos abrangidos pelas regras vigentes a partir de 1º de maio de 2026, mediante prévia declaração das informações no evento S-2500 do eSocial.

Ministério da Previdência Social apresenta projeto que vai aprimorar o NTEP

Ministério da Previdência Social - 17/11/2026

O Conselho Nacional de Previdência Social, se reuniu, nesta terça-feira (17), para a 331ª Reunião Ordinária, em Brasília. Durante o encontro, os conselheiros assistiram a várias apresentações sobre assuntos relevantes, que impactam a vida dos segurados da Previdência Social. Uma delas foi sobre o Aprimoramento da Metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). O projeto busca atualizar um dos principais instrumentos de reconhecimento da relação entre trabalho e afastamentos de trabalhadores, tendo em vista as transformações do mercado de trabalho e os avanços metodológicos

Riscos da exposição ao calor no trabalho ganham destaque em curso

Fundacentro - 19/11/2026

As mudanças climáticas e seus efeitos sobre as condições de trabalho reforçam a importância de reconhecer, avaliar e prevenir os riscos da exposição ao calor. O tema está no centro do curso "Exposição Ocupacional ao Calor", que a Fundacentro realiza nos dias 25 e 26 de novembro de 2026, das 14h às 17h, com participação presencial no Centro Técnico Nacional (CTN), em São Paulo, e on-line pelo Moodle, e transmissão pelo YouTube.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

Empresária deve se retratar após constranger funcionárias em vídeo sobre fim da escala 6x1

Ministério Público do Trabalho - 19/11/2026

A empresária Flávia Lúcia Almeida da Silva (Alemão Jóias) firmou acordo com o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) em Inquérito Civil instaurado após divulgação de um vídeo nas redes sociais, onde a investigada constrangia e humilhava suas funcionárias em uma reunião depois de aprovado o fim da escala 6x1. A conduta incluía exposição da situação financeira das trabalhadoras e ameaças explícitas de redução salarial, caso fosse aplicada a nova escala de trabalho.

MPTed debate impactos da inteligência artificial nas instituições

Ministério Público do Trabalho - 18/11/2026

Com o objetivo de refletir sobre os impactos da inteligência artificial nas organizações públicas e discutir as competências humanas indispensáveis ao exercício da liderança contemporânea, foi realizada na quarta-feira (18.11), no auditório da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a 7ª edição do MPTED, evento que promove diálogo e integração entre os ramos do Ministério Público da União (MPU).

MPT e Corte IDH estabelecem convênio para fortalecer defesa de direitos humanos

Ministério Público do Trabalho - 17/11/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) assinaram, na segunda-feira (16.11), acordo de cooperação para aproximar e fortalecer a relação entre as instituições. O convênio, firmado como parte do 198º Período Ordinário de Sessões, tem o objetivo de promover a defesa dos direitos humanos, aprofundar o conhecimento do Direito e melhorar a administração da justiça.

MPT apresenta atuação durante Encontro de Boas Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho

Ministério Público do Trabalho - 17/11/2026

A atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) quanto à fiscalização do cumprimento das normas de Saúde e Segurança no meio ambiente laboral foi um dos temas do Encontro de Boas Práticas em SST, realizado na última segunda-feira (16) na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (CREA). Engenheiros e técnicos de segurança, médicos do trabalho e representantes de clínicas de SST participaram do bate papo sobre a temática, promovido pela Associação Brasileira de Empresas de Saúde e Segurança no Trabalho (Abresst).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

CDHMIR aprova emenda de R$ 75 milhões para fortalecer a fiscalização do trabalho em 2027

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 20/11/2026

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) da Câmara dos Deputados aprovou, em 17 de novembro, emenda de R$ 75 milhões ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 para fortalecer a fiscalização do trabalho em todo o país. A emenda destina recursos à ação orçamentária – Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho, para ações de combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e à fiscalização das condições de segurança e saúde nos ambientes laborais.

Decreto regulamenta redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1

Consultor Jurídico - 20/11/2026

A regulamentação abrange empregados urbanos, rurais e domésticos e, no que couber, trabalhadores avulsos. As mudanças serão implementadas gradualmente, sem redução salarial. A partir de 16 de dezembro de 2026, o limite máximo da jornada semanal passará de 44 para 42 horas. Em 16 de dezembro de 2027, será reduzido para 40 horas, com garantia de dois dias de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

Outras Notícias

Entenda como o decreto da escala 5×2 muda o cálculo da hora e eleva custos para as empresas

Debate Jurídico - 19/11/2026

A substituição da escala 6×1 pela 5×2 assegura o repouso semanal remunerado de dois dias sem corte nos vencimentos, conforme determina a Emenda Constitucional nº 141/2026. O decreto define os critérios para o cálculo do salário-hora nas duas etapas previstas: jornadas de 42 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2026, e de 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2027, preservando sempre as condições mais favoráveis já conquistadas pelos trabalhadores.

OAB SP entrega ao STF nota técnica sobre impactos tributários da pejotização de trabalhadores hipersuficientes

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de São Paulo - 19/11/2026

O presidente da OAB SP, Leonardo Sica, entregou, nesta quarta-feira (18), ao STF (Supremo Tribunal Federal), uma nota técnica que analisa os impactos fiscais da pejotização de trabalhadores hipersuficientes, profissionais com remuneração superior ao dobro do teto dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A entrega foi realizada ao lado de Otávio Pinto e Silva, presidente da Comissão de Advocacia Trabalhista da OAB SP.

Sem acordo prévio, empresa não precisa reembolsar despesas de trabalho remoto

Consultor Jurídico - 21/11/2026

Se não há acordo prévio, a empresa não precisa reembolsar despesas com trabalho remoto. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) absolveu dois supermercados, pertencentes ao mesmo grupo econômico, do pagamento de ajuda de custo mensal pelo trabalho feito em regime híbrido.

RADAR TRABALHISTA

Se pejotização partiu de iniciativa do trabalhador, não há fraude trabalhista

Consultor Jurídico - 20/11/2026

Embora a prática da pejotização em regra configure fraude à legislação, interpretação diversa pode ser dada quando o enquadramento como Pessoa Jurídica foi uma iniciativa do próprio trabalhador. Com esse fundamento, o juiz Victor Pedroti Moraes, da 3ª Vara do Trabalho de São Paulo, rejeitou o pedido de reconhecimento de fraude trabalhista apresentado por um profissional. Com isso, foram negados os pedidos de vínculo de emprego, verbas rescisórias, multas, horas extras e direitos normativos.

Conversas informais com trabalhadores não servem de prova de pejotização

Consultor Jurídico - 19/11/2026

Informações obtidas em conversas informais não são suficientes para constatar fraudes nos contratos de prestação de serviços. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) anulou, por unanimidade, dois autos de infração lavrados contra uma empresa de serviços de saúde acusada de pejotização. A empresa presta serviços de radiologia em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde ocorreu a fiscalização.

Forçar trabalhadora a usar banheiro masculino configura dano moral

Consultor Jurídico - 18/11/2026

A 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a condenação de uma transportadora ao pagamento de uma indenização por danos morais a uma caminhoneira que era obrigada a usar banheiros masculinos, em razão da falta de instalações sanitárias femininas nos locais de carregamento e descarregamento. Por unanimidade, o colegiado também confirmou a indenização pela ausência de um equipamento de segurança obrigatório nos caminhões.

Lula assina decreto que regulamenta o fim da escala 6x1

RADAR TRABALHISTA

Migalhas - 19/11/2026

Para os 14,8 milhões de trabalhadores que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, cumprem escala 6x1, a mudança mais imediata é o segundo dia de descanso. Já para os 21,7 milhões que trabalham cinco dias por semana, mas cumprem 44 horas, o impacto está na redução da carga horária. O teto semanal cai para 42 horas em dezembro deste ano e chega a 40 horas em 16/12/27.

TST: Trabalhadora com incapacidade parcial por doença na coluna terá pensão maior

Migalhas - 18/11/2026

Uma trabalhadora que desenvolveu problemas na coluna terá a pensão por doença ocupacional aumentada, embora a perícia tenha apontado incapacidade parcial para o trabalho. A 8ª turma do TST considerou que, apesar de poder exercer outras atividades, a empregada ficou totalmente incapacitada para a antiga função de carregadora de armazém.

Desembargador defende aplicação da NR-1 como investimento em evento

Migalhas - 18/11/2026

A forma como uma empresa organiza jornadas, distribui tarefas e previne o assédio pode ter efeitos sobre a saúde dos trabalhadores, o custo da folha de pagamentos e as despesas da Previdência Social. A relação entre essas decisões e a política tributária foi o tema da palestra do desembargador Guilherme Guimarães Feliciano, do TRT-15, no "Fórum Brasileiro de Governança Tributária Sustentável", realizado nesta terça-feira, 17/11, em São Paulo, pelo Instituto Global ESG, presidido por Alexandre Arnone (Arnone Advogados Associados).

STF deve julgar na quarta honorários e exigência de valor em pedidos trabalhistas

Migalhas - 16/11/2026

RADAR TRABALHISTA

O plenário do STF deve julgar, nesta quarta-feira, 18, ações que discutem a obrigatoriedade de indicar o valor dos pedidos em reclamações trabalhistas e a dispensa do pagamento de honorários advocatícios em acordos ou parcelamentos de dívidas com o Poder Público. Os processos foram incluídos na pauta da sessão presencial. Na ADIn 6.002, o STF analisará a constitucionalidade de dispositivos da reforma trabalhista (lei 13.467/17) que exigem que os pedidos apresentados pelo trabalhador sejam "certos, determinados e com indicação de seu valor".

Escala 5x2: STF analisa ajustes de Dino à transição da jornada

Migalhas - 13/11/2026

STF começou a analisar nesta sexta-feira, 13, o referendo da liminar do ministro Flávio Dino que mantém, com ajustes, a transição para a escala 5x2. A decisão preserva o início das mudanças em 16 de dezembro de 2026 e esclarece como a jornada intermediária de 42 horas semanais poderá ser cumprida. A sessão virtual extraordinária começou às 11h e termina às 23h59 de segunda-feira, 16.

Decreto que regulamenta o fim da escala 6x1 traz flexibilização para descanso semanal e divisor de horas extras

Jota - 19/11/2026

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, explicou que o decreto define os novos divisores para a hora trabalhada. O divisor atual é de 220, com a redução para 42 horas passará a ser 210, e com 40 horas semanais será de 200. Isso significa que o trabalhador terá uma redução de jornada sem redução salarial. "É uma mudança importante para o cálculo das horas extras e de outros direitos trabalhistas. Aqui lembrando que todo o efeito do DSR [descanso semanal remunerado], ele não dá aumento na remuneração, mas dá efeito no valor da hora extra. Os empresários falam: 'mas vai impactar', é só não convocar hora extra, é só substituir por contratações, que não terá nenhum impacto", pontua o ministro.

Fim da 6x1: Dino dá mais prazo para manifestações e indica negociação entre Congresso e governo

Jota - 17/11/2026

RADAR TRABALHISTA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta terça-feira (17/11) dar mais prazo para manifestações nos processos que discutem a implementação do fim da escala de trabalho 6x1 antes do julgamento do tema. O magistrado converteu a análise de sua decisão liminar em julgamento de mérito após contestações da Câmara e do Senado sobre trechos de sua determinação. Na liminar, o ministro havia avançado sobre lacunas no tema e deliberado sobre pontos em que houve convergência entre entidades patronais e trabalhadores.

STF vai julgar 6x1 em sessão presencial após quatro votos a favor de liminar e destaque de Fux

Jota - 16/11/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai recomeçar o julgamento sobre as regras para a implementação do fim da escala 6x1 de trabalho em uma sessão presencial. Três ministros acompanharam o relator, Flávio Dino, para confirmar a liminar com balizas para a adoção da norma, mas Luiz Fux fez um pedido de destaque. O movimento remete a discussão do plenário virtual para o presencial, com debate entre os ministros. Ainda não há data para o julgamento. O presidente da Corte, Edson Fachin, deverá priorizar a análise já que a primeira fase da redução da jornada entre em vigor em um mês: no dia 16 de dezembro.

AGU recebe contribuições sobre riscos psicossociais na NR 1 até 2 de dezembro

Revista Proteção - 19/11/2026

A Advocacia-Geral da União (AGU) está recebendo contribuições da sociedade civil, de representantes de empregadores e de trabalhadores sobre os dispositivos da Norma Regulamentadora nº 1 (NR 1) relacionados aos fatores de risco psicossociais no trabalho. O prazo para envio das manifestações termina em 2 de dezembro de 2026. A iniciativa é conduzida pela Câmara de Proteção da Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), vinculada à AGU, por meio da Tomada de Subsídios nº 3/2026. O objetivo é reunir informações técnicas, identificar dificuldades práticas e buscar pontos de convergência entre os diferentes setores envolvidos na regulamentação do tema.

Gilbert F. Houngbo é reeleito diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho

RADAR TRABALHISTA

Organização Internacional do Trabalho - 16/11/2026

Gilbert F. Houngbo, do Togo, foi reeleito diretor-geral da Organização Internacional (OIT) para um segundo mandato de cinco anos a partir de outubro de 2027. Houngbo foi reeleito pelo Conselho de Administração da OIT, composto por representantes de governos, e de organizações de empregadores e de trabalhadores, durante a sua 358.ª Sessão em Genebra. Ele recebeu 51 votos a favor, e houve cinco abstenções, em uma votação secreta. De acordo com as regras eleitorais, um candidato deve receber mais de metade dos votos dos membros do Conselho de Administração com direito a voto (56).

Fernando Guedes destaca desafios da mão de obra na construção civil em entrevista à CBN Maringá

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/11/2026

O presidente-executivo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes Ferreira Filho, participou, nesta quinta-feira (19), de uma entrevista à CBN Maringá, no Paraná. A conversa, realizada no estúdio móvel da emissora, abordou um dos principais desafios enfrentados pela construção civil: a escassez de profissionais no mercado de trabalho, que atinge desde trabalhadores operacionais até profissionais com formação superior.

Após decreto sobre fim da escala 6×1, CBIC alerta para impactos na construção civil

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/11/2026

Após a assinatura, nesta quinta-feira (19), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do decreto que regulamenta a nova jornada de trabalho e o fim da escala 6×1, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reforça a necessidade de garantir segurança jurídica e condições adequadas de adaptação às empresas. A entidade reconhece a importância da melhoria das condições de trabalho, mas alerta que o curto prazo para implementação das mudanças poderá comprometer a organização dos canteiros de obras, elevar custos e afetar a execução de empreendimentos habitacionais e de infraestrutura.

Seconci-SP: entidade lança Observatório de Acidentes da Construção

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/11/2026

Em mais uma contribuição à saúde e à segurança do trabalho, o Seconci-SP (Serviço Social da Construção) lançou em 10 de novembro o Observatório de Acidentes da Construção. O evento aconteceu na reunião híbrida do Comitê Permanente Regional (CPR) de São Paulo da Norma Regulamentadora 18 – Saúde e Segurança do Trabalho (SST), com a parte presencial no Auditório do Seconci-SP. De acordo com o gerente de SESMT Corporativo do Seconci-SP, José Bassili, "o Observatório será um programa da entidade, em parceria com o SindusCon-SP, para levantar indicadores de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais nas obras da construção no Estado de São Paulo. Com isso, as construtoras que participarem terão uma radiografia aprofundada da segurança do trabalho que proporcionam em suas obras, e adotar providências para seu contínuo aperfeiçoamento".

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

PORTARIA MPS Nº 1.625, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2026 (DOU de 16/11/2026 Extra Seção I Pág. 60) - Altera a Portaria MPAS nº 862, de 23 de março de 2001, que dispõe sobre o controle de acesso a dados, informações e sistemas informatizados da Previdência e Assistência Social;

PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.363, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2026 (DOU de 16/11/2026 Extra Seção I Pág. 61) - Altera o Livro IV das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina a aplicação prática do Processo Administrativo Previdenciário no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria DIRBEN/INSS n.º 993, de 28 de março de 2022;

PORTARIA INTERMINISTERIAL AGU/MPS Nº 4, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2026 (DOU de 18/11/2026 Seção I Pág. 01) - Institui o Comitê de Efetivação de Direitos Previdenciários - EFETIVA-PREV;

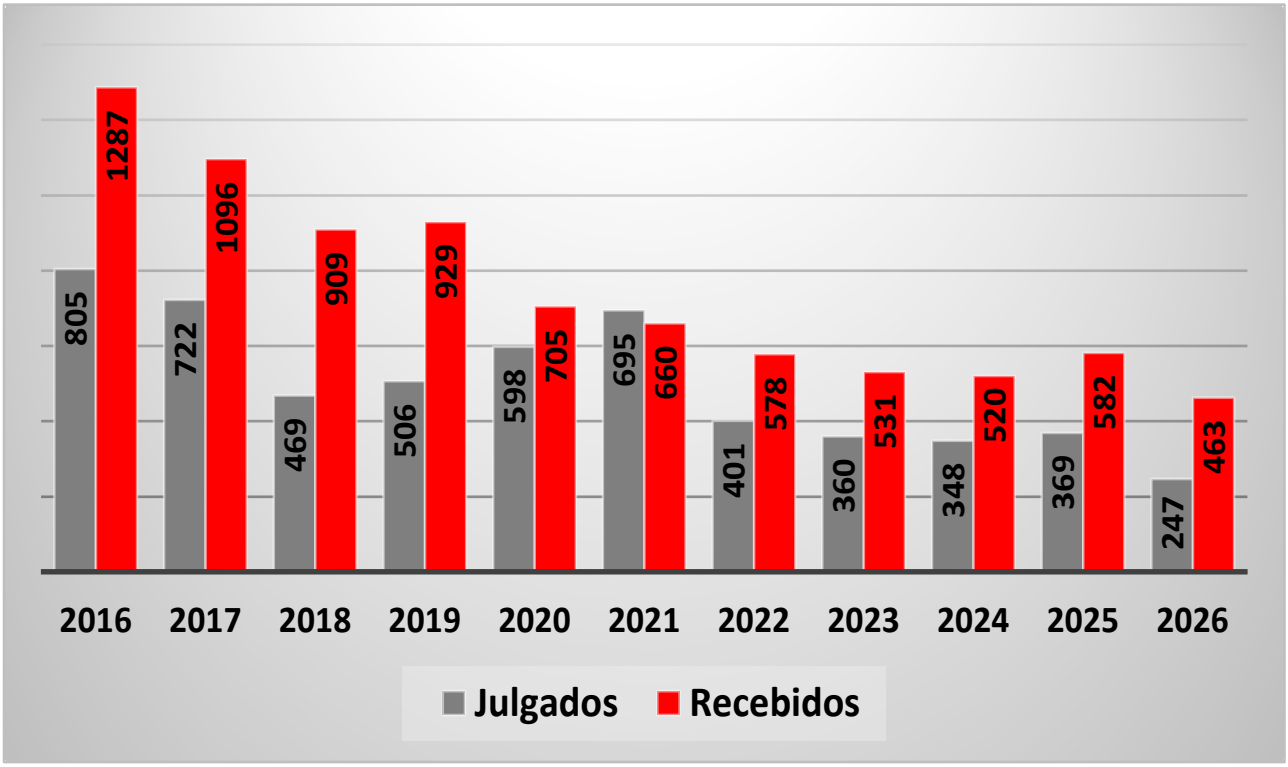
PORTARIA SE/MPS Nº 1.634, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2026 (DOU de 18/11/2026 Seção I Pág. 178) - Altera o Anexo II da Portaria SRGPS/MPS nº 2.400, de 25 de julho de 2025, que instituiu o Programa de Gestão e Desempenho da Perícia Médica Federal (PGDPMF) no âmbito do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social;

DECRETO Nº 13.173, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2026 (DOU de 19/11/2026 Extra Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a duração normal do trabalho e o repouso semanal remunerado, na forma estabelecida na Emenda à Constituição nº 141, de 16 de outubro de 2026.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2016 a 2026 (setembro/26):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Eduardo Aroeira Almeida
Presidente

Fernado Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

David de Oliveira Fratel
Presidente da CPRT

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico